



“Saboreai e vede
Como o senhor é bom”



***Domingo XXIX Tempo Comum (A).
A quem pertence a tua vida?***

Pe. Tomás Castel-Branco

Primeira Leitura: Is 45, 1. 4-6

Salmo: Sl 95 (96), 1 e 3. 4-5. 7-8. 9-10a.c

Segunda Leitura: 1Ts 1, 1-5b

Evangelho: Mt 22, 15-21

Neste XXIX Domingo do tempo comum estamos perante uma pergunta mal-intencionada colocada a Jesus para O apanhar em falso e incriminar. O conjunto das leituras forma uma unidade que demonstra que Deus é o Senhor da história, que chama os homens à fé e que deseja que toda a autoridade humana permaneça subordinada ao culto que Lhe é devido. Deste modo, seria redutor atender a cada leitura individualmente, como se nenhuma relação existisse entre elas. No entanto, para a aprofundar é necessário entender o contexto de cada uma, dando nós prioridade nesta reflexão à primeira leitura e ao evangelho.

A leitura do livro de Isaías pertence à segunda grande parte do livro conhecida como Segundo Isaías na qual é descrita a consolação da divina misericórdia para a ressurreição do justo devido ao fim do exílio do povo escolhido na Babilónia. Esta passagem é dirigida ao povo de Judá no período pós-exílico depois de Ciro, rei da Pérsia, ter vencido o império babilónico sensivelmente no ano 537 a.C. Com esta vitória, Ciro começou a reverter e excluir a política babilónica para os povos conquistados.

À semelhança dos reis de Israel, Ciro é chamado «ungido» (*Is 45, 1*). Este título, reservado aos reis de Israel, é surpreendente, visto tratar-se de um estrangeiro que não conhecia o Deus do povo eleito. A escolha e a missão bem-sucedida de Ciro são iniciativas de Deus. As suas acções fazem parte integrante do Seu plano para restaurar a terra ao povo judeu (cf. *Is 45, 1-5*). Desta maneira alcançou o regresso dos exilados hebreus à pátria e a reconstrução do templo de Jerusalém. Por isso, Ciro é saudado como instrumento de Deus para libertar Israel e propagar a fé em *Yahwéh*, o único Deus.

O final da primeira leitura atesta a Sua supremacia: «Eu sou o Senhor e mais ninguém» (*Is 45, 6*). Esta é uma das passagens mais explícitas no antigo testamento que afirma o monoteísmo. Por outras palavras, a ideia que existe apenas um Deus e que o Senhor é Deus.

Neste âmbito a referência ao rei Ciro é relevante porque em tempos antigos os reis e imperadores eram tidos como figuras divinas. Desta forma, uma das coisas que Deus vai afirmando ao seu povo é que Ele é Deus, e os reis não o são, e que até o imperador ou rei mais exaltado não é mais do que um servo do grande Rei, Deus de tudo, Rei dos reis, Senhor dos senhores.

Esta afirmação é-nos igualmente referida para a nossa oração no salmo da Missa deste Domingo: «O Senhor é grande e digno de louvor, mais temível que todos os deuses» (*Sl 96, 4*), porque, como continua o mesmo salmo, «os deuses dos gentios não passam de ídolos, foi o Senhor quem fez os céus» (*Sl 96, 5*). A tradução grega deste salmo refere-se inclusivamente a estes “deuses” e “ídolos”, na tradução portuguesa, usando o termo *δαίμόνια* (daimónia) para afirmar que são demónios que se fazem passar por falsos deuses. Isto encontra-se igualmente na primeira carta de São Paulo aos coríntios ao mencionar que «aquilo que os pagãos sacrificam, sacrificam-no aos demónios e não a Deus» (1 Co 10, 20).

Este é o pano de fundo que a Igreja nos oferece para compreender o desafio que Jesus enfrenta no evangelho. Neste Domingo não nos detemos sobre nenhuma parábola, ao contrário dos anteriores, mas estamos perante um desafio intelectual que pretende apanhar Jesus em falso. O Senhor é questionado sobre a licitude de pagar tributo a César, como podemos entender de forma explícita no próprio evangelho que diz: «Naquele tempo, os fariseus reuniram-se para deliberar sobre a maneira de surpreender Jesus no que dissesse (...) Diz-nos o teu parecer: É lícito ou não pagar tributo a César?» (*Mt 22, 15.17*).

Esta pergunta é comprometedora porque, quer responda sim ou não, pode ser prejudicado pela Sua resposta. Se a resposta fosse afirmativa, poderia ser acusado pelos Seus seguidores judeus de estar a simpatizar com os romanos, dado que muitos judeus discordavam da ocupação romana de Jerusalém e Israel. Se a resposta fosse negativa, poderia ser imputado de culpa pelos romanos de se opor ao governo romano. No entanto, para espanto dos que O tentaram incriminar, a Sua resposta não foi nem sim nem não, mas «"Porque Me tentais, hipócritas? Mostrai-me a moeda do tributo" Eles apresentaram-lhe um denário» (*Mt 22, 18-19*).

Este pedido de Jesus é propositado por Ele saber que este tipo específico de moeda, o denário, tinha estampada a cara do imperador, mas também uma inscrição textual que categorizava o imperador da altura como Filho de Deus: «Tibério César, filho do divino Augusto». Estes dois factores viravam o feitiço contra o feiticeiro, ou seja, encurralando aqueles que tentavam encurralar Jesus.

O primeiro problema estava no facto de a cara do imperador estar gravada na moeda. Isto poderia trazer problemas aos que o questionavam dado serem judeus e existir uma lei judaica contra imagens gravadas, como se lê no capítulo 20 do livro do Êxodo: «Não farás para ti imagem esculpida nem representação alguma do que está em cima, nos céus, do que está em baixo, na terra, e do que está debaixo da terra, nas águas» (*Ex 20, 4*).

No entanto, não seria apenas este o problema. A moeda tinha também uma inscrição que traduzia a forma como aclamavam César: "filho de Deus". Assim, Jesus, ao perguntar de quem é a imagem e a inscrição na moeda, remete para César e depois faz a distinção entre ele e Deus: «"De quem é esta imagem e esta inscrição?"» "De César" - responderam. Disse-lhes então: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus"» (*Mt 22, 20-21*).

Jesus quer transmitir-lhes com esta distinção que, embora a imagem seja de César e seja permitido pagar o imposto, o seu poder não é absoluto. A autoridade civil possui uma função na ordem temporal, mas não é divina nem pode reclamar para si aquilo que pertence a Deus. São João Crisóstomo explica que Cristo não nega toda obrigação diante da autoridade política; antes, distingue cuidadosamente os deveres temporais dos deveres religiosos (1). A permissão de dar a César o que lhe corresponde, sem deixar de dar também a Deus o que lhe pertence foram fundamento para a doutrina da Igreja sobre a autoridade dos governos temporais face à autoridade espiritual da Igreja, como aprofunda Bento XVI:

«A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer, não pretende "de modo algum imiscuir-se na política dos Estados". No entanto, tem uma missão de verdade a cumprir em todo o tempo e circunstância a favor de uma sociedade à medida do homem, da sua dignidade e da sua vocação. Sem verdade, cai-se numa visão empirista e cética da vida.

(...) A sua doutrina social é uma dimensão singular deste anúncio: está ao serviço da verdade que liberta». (2)

No entanto, o alcance da diferenciação feita por Jesus só é entendido pelos termos por Ele usados na sua pergunta: «De quem é esta imagem e esta inscrição?» (*Mt 22, 20*). O termo grego usado para imagem é εἰκών (*eikōn*) que significa literalmente semelhança. A imagem ser de César significa que a moeda lhe pertence e, por isso, é lícito pagar o tributo ao imperador.

No entanto, por via do significado do termo grego “semelhança”, Jesus está igualmente a aludir a outra ocorrência do mesmo termo *eikōn* no livro do Génesis em que se lê: «Depois, Deus disse: “Façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança”» (*Gn 1, 26-27*). Isto significa que o homem e a mulher foram feitos como *eikōn* de Deus, ou seja, são literalmente ícones ou semelhança do criador, trazendo em si a imagem e semelhança de Deus.

Deste modo, o que Jesus está a dizer aos fariseus é que eles podem dar o seu dinheiro a César, mas que é necessário que entreguem as suas próprias vidas a Deus porque eles próprios são imagem e semelhança de Deus.

Para concluir, a primeira leitura e evangelho do Domingo XXIX do Tempo Comum, ano A, permitem-nos fazer uma síntese espiritual que, não esgotando todos os temas abordados por estas leituras, pode salientar que Deus governa a história e que tudo deve ser restituído ao seu verdadeiro Senhor.

No que ao primeiro aspecto diz respeito, a escolha de Ciro mostra que a providência divina ultrapassa os limites visíveis do povo de Deus e pode servir-se de governantes e acontecimentos para realizar os seus desígnios.

No que ao segundo se refere, destacamos que se deve dar a César o que pertence à ordem civil; e a Deus o coração, a consciência, a alma e a vontade, embora esta distinção não atente contra a unidade de vida, ou seja, da coerência pessoal porque não é adequado estabelecer uma divisão da vida em compartimentos – religião de um lado e a vida diária do outro. Assim somos convidados a cumprir honestamente os deveres temporais, mas reconhecendo sempre em todos os momentos e circunstâncias da nossa vida que nenhuma autoridade, ideologia, riqueza ou instituição pode ocupar o lugar de Deus.

A desonestidade dos fariseus que, ao quererem incriminar Jesus, inclusivamente começaram por o elogiar, embora fosse uma falsidade de coração, lembra-nos a necessidade de rectificar sempre a intenção do coração pela qual fazemos, dizemos ou pensamos. Santo Hilário oferece uma interpretação deste evangelho que salienta que a César deve ser entregue a moeda, porque nela está impressa a imagem de César; e a Deus devem ser entregues o corpo, a alma e a vontade, porque neles está impressa a imagem divina (3). São Tomás de Aquino retoma esta interpretação: temos uma alma feita à imagem de Deus e, por isso, devemos restituí-la a Deus. Os bens materiais recebidos na ordem social devem ser administrados com justiça e paz, mas o centro da pessoa não pode ser entregue ao mundo (4). Orígenes aprofunda ainda mais o simbolismo. O homem pode trazer duas imagens: a imagem de Deus, recebida na criação, e uma imagem deformada pelo pecado, quando se deixa dominar pelas obras do mal. Restituir a Deus o que é de Deus significa abandonar o pecado e recuperar, pela conversão, a imagem divina (5).

Deste modo, a pergunta do Evangelho torna-se pessoal para o concreto do nosso dia-a-dia: a quem pertencem os meus pensamentos? a quem submeto as minhas decisões? Quem governa o uso do meu dinheiro? A quem entrego o meu tempo? A quem pertence, em última análise, a minha vida? O que Deus nos propõe é claro: tudo quanto é criado vem de Deus e deve ser ordenado para Deus; a pessoa humana pertence-Lhe de maneira singular, porque foi criada à Sua imagem e redimida por Cristo.

- (1) Cf. Crisóstomo, João, *Homily 70 on Matthew, Nicene and Post-Nicene Fathers* 70, §388, Christian Literature Publishing.
- (2) Bento XVI, *Deus caritas est*, §9.
- (3) Cf. Tomás de Aquino, *Caetena aurea on Mathew* c. 22, l. 2, in <https://aquinas.cc/la/en/~CaMatt.C22.L2.Hilary>.
- (4) Tomás de Aquino, *Super Isa*, c. 1, lec. 2, §26.
- (5) Cf. Tomás de Aquino, *Caetena aurea on Luke* c. 20, l. 3, in <https://aquinas.cc/la/en/~CaLuke.C20.L3.21>.